

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.415 - SE (2020/0077845-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO

RECORRENTE : DJD

ADVOGADOS : ANTÔNIO SÉRGIO ALTIERI DE MORAES PITOMBO - SP124516

FLÁVIA MORTARI LOTFI - SP246694

FABIANA SADEK DE OLYVEIRA - SP306249

ANA CAROLINA SANCHEZ SAAD E OUTRO(S) - SP345929

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto contra acórdão assim ementado (fl. 244):

HABEAS CORPUS - DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL - EMBARAÇAMENTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL QUE ENVOLVE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, §1º, DA LEI Nº 12.850/2013) - PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - INVIABILIDADE - ALEGAÇÕES DE FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL, ATIPICIDADE E AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO AO TIPO INCRIMINADOR - DENÚNCIA QUE PREENCHE OS REQUISITOS DO ART. 41, DO CPP - TESES QUE DEMANDARIA DILAÇÃO PROBATÓRIA, INVIÁVEL NA VIA ELEITA - NECESSIDADE DE CONTINUIDADE DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL COM A FINALIDADE DE DESVENDAR SE HOUVE OU NÃO DOLO POR PARTE DO PACIENTE - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO - WRIT CONHECIDO - ORDEM DENEGADA - Unânime.

O recorrente foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 2º, § 1º da Lei 12.850/2013 (embaraço à investigação de infração que envolva organização criminosa).

Alega a defesa, em síntese, atipicidade material da conduta, sobretudo, tendo em vista (i) *o recorrente nunca ter tido conhecimento da ordem judicial*; (ii) *a impossibilidade material de cumprimento da ordem judicial*; (iii) *a ausência de intenção em obstruir ou embaraçar a investigação criminal*; (iv) *a impossibilidade material de cumprimento da ordem judicial* e (v) *a ausência de lesão aos bens jurídicos tutelado* (fl. 346).

Requer, liminarmente, o sobrestamento da ação penal e, no mérito, o trancamento desta, por atipicidade da conduta.

É o relatório.

DECIDO.

Superior Tribunal de Justiça

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde discutida a possibilidade de cumprimento da ordem judicial pelo paciente e o dolo de seu agir - matérias de exame fático muito provável. Ademais, a pretensão trazida de trancamento (liminar suspensão) do processo criminal, por atipicidade da conduta, é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator